



Relações Públicas e Governo Aproximações possíveis no contexto das culturas contemporâneas¹

Marta Campos de Quadros²

Universidade Federal do Rio Grande do Sul/Universidade Luterana do Brasil

Resumo

Neste artigo, busco (re)conhecer as aproximações teóricas possíveis entre Relações Públicas e governo no contexto da cultura contemporânea e compreender como as várias estratégias de governamentalidade abordadas na obra de Foucault e de seus comentadores/autores, podem estar implicadas no que Simões propõe como Relações Públicas no âmbito da micropolítica – gestão da função política organizacional, imbricada nos interstícios do poder. Estas reflexões são parte de uma pesquisa em andamento, inscrita na vertente pós-estruturalista dos Estudos Culturais e da Comunicação, de caráter qualitativo e exploratório.

Palavras-chave: Relações Públicas; micropolítica; governo; saber-poder; culturas

Culturas contemporâneas: novos territórios, novas práticas³

Em maio de 2001, pela primeira vez avistei⁴ o cenário que me faria pensar sobre identidades, saberes, lugares/territórios e governamentalidade como elementos de aprendizagem cultural de um outro Brasil. Deixando o Rio Grande do Sul para participar do Programa *Universidade Solidária*⁵, cheguei à região do semi-árido cearense, me deparando com uma paisagem que parecia saída dos livros de geografia – um lugar caracterizado pelo clima quente e seco, com pouca chuva, uma vegetação arbustiva típica denominada caatinga e rios perenes. Aquela fração de Brasil ainda não havia se constituído tópico de interesse na agenda da mídia

¹ Trabalho apresentado ao GT Relações Públicas, do VIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação da Região Sul.

² A autora é jornalista e professora universitária; doutoranda junto ao PPG/Edu da FAGED/UFRGS, na linha de pesquisa Estudos Culturais em Educação, fazendo parte do Núcleo Estudos sobre Currículo, Cultura e Sociedade. É Mestre em Educação pelo PPG Edu da ULBRA, tendo defendido a dissertação “Contando histórias, governando a vida – pedagogias do rádio informativo no cotidiano globalizado” sob orientação da Dra. Marisa Vorraber Costa. É graduanda em Comun. Social - Hab. Relações Públicas pela ULBRA. radiocapelinha@terra.com.br

³ O presente artigo é uma primeira aproximação teórica, parte da pesquisa em andamento, sob orientação do Prof. Fernando K. Noronha. Através dela vem sendo estudada a experiência vivida em Tejuçuoca – município distante de Fortaleza cerca de 140 km, com 801km² e uma população de quase 15 mil habitantes – no período de 2001 a 2005.

⁴ Como um *a priori* deste trabalho, como narrativa, ressalvo que o farei na primeira pessoa do singular, *eu*, pela inscrição no campo dos Estudos Culturais de vertente pós-estruturalista, o que pressupõe que o pesquisador por ser constituído por e constituinte da cultura como ambiência cotidiana e campo de estudo, faz parte de seu próprio objeto.

⁵ O Programa Universidade Solidária era um dos eixos do Conselho da Comunidade Solidária durante os mandatos de Fernando Henrique Cardoso (1994/97 e 1998/2002). Através deste Programa, as universidades das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste atuavam junto a pequenos municípios das regiões Nordeste e Norte (UNISOL, 2004).



nacional. Meu olhar *estrangeiro*, construído gaúcho, buscava apreender todos os detalhes do ambiente.

Estas contingências me fizeram refletir sobre o tipo de conteúdo que as escolas ensinam, que a mídia veicula; em como a cultura exerce suas pedagogias *fabricando* identidades e saberes peculiares, datados, localizados. A idéia de *governamento*⁶ de corpos e condutas formulada por Foucault (1992, 1995, 1997) me interpelou: como, de que forma, nós profissionais da Comunicação Social contribuíamos para a manutenção ou transformação de *realidades* tão díspares? Qualificados para atuar numa diversidade de *lugares* da cultura, como assessorar uma comunidade não urbana, não midiaticizada, não complexa, onde as relações interpessoais, assim como as decisões institucionais, eram travadas no ambiente doméstico durante as refeições ou em turnos de trabalho que só eram encerrados pelo sono?

Em 2003 deixei a carreira de professora universitária e migrei para o semi-árido cearense, desafiando a construção daquilo que Simões (2006) reivindica para Relações Públicas: uma utopia, um outro lugar desejado, em seus aspectos políticos, dentro do que chama de *geografia da esperança*. Na *bagagem* a minha brasilidade gaúcha e muitas questões sobre novos territórios e novas práticas profissionais. Na chegada, eu era o *outro*, o diferente, o sujeito⁷ não nordestino, não cearense, *o que vinha do sul* e que, *portanto*, tinha todas as respostas.

Duarte (2002, p. 140) comenta que ao se efetuar uma pesquisa qualitativa e exploratória, esta constitui-se como o relato de viagem de “[...] um sujeito cujo olhar vasculha lugares muitas vezes já visitados. Nada de absolutamente original, portanto, mas um modo diferente de olhar e pensar determinada realidade a partir de uma experiência e de uma apropriação do conhecimento que são aí sim, bastante pessoais.” Creio que foi este meu *modo diferente de olhar e pensar determinada realidade...* que me fizeram buscar respostas e procurar compreender de que forma Relações Públicas se engendra na vida cotidiana, através de formas de governamentalidade inscritas no sistema organização-públicos.

Mergulhando no pensamento político de Foucault e na aproximação de Relações Públicas à micropolítica reivindicada por Simões (1995, 2001), me foi possível reconhecer mais agudamente a *fabricação* de identidades, de novos saberes que passam a orientar as *ações sobre as ações* da população, como forma produzir sujeitos *adequados* a uma nova visão de mundo de forma mais rápida, econômica e menos conflitiva. Neste sentido, este processo que foi

⁶ *Governamento* ou *governamentalidade*, segundo Foucault refere-se a “lógica de operação das sociedades, centrada em táticas de *governo*, ações de uns sobre as ações dos outros,[...]” (COSTA, 2002a, p.72), como detalharei mais adiante.

⁷ Utilizo aqui o termo *sujeito* no sentido foucaultiano. Cf. Foucault (1995), o indivíduo é produzido sujeito através dos discursos que circulam na cultura, assujeitado a alguém pelo controle e pela dependência e preso à sua própria identidade por uma consciência ou autoconhecimento. Neste trabalho *sujeito* refere-se a indivíduos, grupos ou organizações, igualmente.



denominado por Foucault (1992, 1997) governo/governamentalidade e implica as noções de *poder-saber* e *biopolítica*⁸; e o enquadramento de Relações Públicas na esfera da política proposto por Simões (1995, 2001) parecem estar inscritos na mesma ordem: da *política* como formas de relação de poder que objetivam resultados sociais, culturais, econômicos, políticos e éticos para uma dada sociedade e que têm na informação a sua matéria-prima. Neste sentido, o autor apresenta a atividade profissional de RP como a gestão da função organizacional política que preserva a missão e os objetivos organizacionais dos interesses e objetivos dos agentes de influência.

Assim como na dinâmica foucaultiana de governo, esta perspectiva de RP – hoje legitimada através das *Conclusões do Parlamento Nacional de Relações Públicas* (2006) – está ligada à produção de saberes que orientam ações sobre as ações dos agentes envolvidos num dado sistema organização-públicos, atravessado por relações de poder, configuradas como interesses diversos em condição de possibilidade de conflito/cooperação. Estas relações de poder, inscritas na esfera política, parecem se constituir no objeto de gestão estratégica com a finalidade de manter a harmonia do sistema organização-públicos.

Neste artigo, busco, então, (re)conhecer as aproximações teóricas possíveis entre Relações Públicas e governo no contexto das culturas contemporâneas, objetivando compreender como as várias estratégias de governo descritas na obra de Foucault (1992, 1995, 1997), podem estar implicadas no que Simões (1995, 2001) argumenta sobre RP como gestão da função política organizacional, imbricada nos interstícios do poder, buscando estrategicamente a cooperação e evitando o conflito entre as organizações e seus públicos.

Neste contexto, creio ser necessário esclarecer que na perspectiva dos Estudos Culturais, a cultura deixa de ser vista como acumulação de conhecimentos e saberes, como processo intelectual, espiritual ou estético dentro da perspectiva de *alta e baixa* cultura, para ser vista como constitutiva de todos os aspectos da vida social, num grau de crescente complexidade de articulação entre o pensamento e a *realidade* histórica e na contínua dialética entre *conhecimento* e *poder*, emprestando sentido às rupturas e ao caráter político (COSTA, 2001). Segundo Hall (1997), desde a década de 1950, o mundo vive uma revolução em que a cultura constitui-se elemento central na produção das relações sociais, ao que denomina *virada cultural*. É também a

⁸ Para Foucault, poder e saber estão articulados. Os saberes se engendram e se organizam para atender a uma vontade de poder; “se constituem com base em uma vontade de saber e acabam funcionando como correias transmissoras do próprio poder a que servem.” (VEIGA-NETO, 1993). Com a fixação das populações em cidades, faz-se necessário conhecer profundamente estas populações para efetivar a promoção de sua sobrevivência – nascem daí formas de saber que possibilitam a rápida e eficiente governamentalização das populações. A esta dinâmica política, Foucault (1997) associa à segurança das populações, denominando-a de Biopolítica ou Biopoder, como retomo mais adiante.



partir desta ruptura que não mais se toma *cultura* como uma categoria enunciada no singular, mas no plural, falando-se, então, de *culturas*.

No âmbito das culturas contemporâneas, as formas de mediação relativas à fabricação de significados sobre mundo se alteram. As pessoas passam a ter uma infinidade de alternativas de produção e acesso à informação. Este intenso fluxo de informações – fenômeno não mais exclusivo das populações urbanas – de certa forma, está relacionado aos diferentes interesses de segmentos de públicos e organizações que através de culturas peculiares, produzem representações colocadas em circulação através de narrativas que nos interpelam, pautando nossas formas de ver o mundo.

É neste sentido que buscar aproximações entre RP e governo no âmbito das culturas contemporâneas pode ser produtivo, entendendo que todos os locais da cultura – mídia, empresas, organizações não governamentais, escolas – onde o poder se organiza e se exercita, são espaços que interpelam sujeitos e *modelam* as suas condutas, impondo novas atitudes. O ambiente global faz com que o entrelaçamento de diferentes discursos – na medida em que envolvem desejos, medos, imaginação – pareça dar forma às várias identidades, ao mesmo tempo em que governam a vida de todos os dias.

A partir destas premissas, as culturas contemporâneas têm sido caracterizadas como marcadas pela experiência do prazer, onde o consumo como prática cultural é visto como uma de suas características e serve para se pensar a constituição de identidades múltiplas. Importante sublinhar que esta adesão identitária é volátil, ocorre num *aqui e agora* contínuo, sempre renovado, obedecendo a lógica da reticularidade marcada por múltiplos centramentos e descentramentos.

Sobre a reticularidade e seus reflexos, Duarte (2002, p.142) comenta que o conceito de rede tem sido utilizado para muitos e diferentes fins. Aqui, tomo rede como “todas ou algumas unidades sociais (indivíduos ou grupos) com as quais um indivíduo ou um grupo está em contato”. É através das redes que os sujeitos estão em contato direto ou indireto com qualquer pessoa, grupo ou organização. Esta dinâmica de relacionamento não se aplica somente às identidades, mas também à forma como os sujeitos se informam e têm seus comportamentos regulados, controlados, governamentalizados de tal ou qual forma.

Destaco especialmente este aspecto por estar diretamente relacionado com a atividade de Relações Públicas quando aceito a argumentação de Simões (2001) de que referentemente à comunicação, talvez se possa inferir a informação como uma matéria-prima implicada na redução da incerteza, um elemento básico do processo e do programa de RP. Para o autor, a informação possibilita ao ser humano perceber o mundo e estabelecer com ele novas relações. No âmbito das



culturas contemporâneas também os fluxos de informação tem se alterado em razão das redes. Grupos e organizações tidos como fontes centrais de informação perdem esta posição no entrecruzamento e na inserção de novas fontes, em uma aparente naturalização das relações da sociedade com as mais variadas tecnologias de informação.

Contudo, este processo de transformação cultural não se dá de maneira uniforme e simultânea, consideradas as diferentes condições de possibilidade para que os saberes necessários a este processo sejam produzidos. Mas ainda assim, são as tecnologias de informação que colocam em circulação inúmeras representações da *realidade* que passam a compor a cena cotidiana.. Hall (1997), quando aborda a centralidade da cultura como elemento constitutivo das sociedades moderno-contemporâneas, afirma a importância de se considerar questões relativas à informação e suas relações com a regulação social, a moralidade e o governo da conduta social, pois no seu cerne estão as relações entre cultura e poder.

No que se refere ao governo pela cultura, as organizações de qualquer natureza têm buscado a inserção junto às tecnologias de informação para ampliarem as possibilidades de *fabricação* de consenso e de identidades junto aos diversos segmentos das populações. A mídia tem se constituído em um importante lugar de negociação de sentido, pois atua como uma espécie de porta-voz autorizado que detém o poder delegado por vários campos discursivos para narrar e instituir *realidades*. Entretanto, sempre existe um espaço de negociação de sentido, de mediação, a partir dos elementos que são considerados ao endereçar-se uma mensagem a este ou aquele segmento de público, tomando em conta um receptor idealizado e as contingências da recepção.

Atualmente, as grandes corporações planejam sua inserção, expansão e manutenção nos mercados, considerando segmentos cada vez mais específicos de comunidades de públicos de interesse, fundamentadas em critérios geopolíticolinguísticos e culturais, dentro da tendência mundial de deslocamento das populações e do crescente borramento das fronteiras que antes delimitavam as identidades. Neste sentido, as organizações têm investido recursos em pesquisas de cunho quantitativo e qualitativo, incluindo-se a pesquisa acadêmica, buscando endereçar diferentes comunidades culturais onde quer que elas estejam, com *menores riscos de errar o alvo*.

Novamente aqui é possível encontrar um ponto de contato entre as culturas contemporâneas e Relações Públicas, pois ao diagnosticar, prognosticar, assessorar e intervir estrategicamente nas relações entre organizações e seus públicos de interesse, produz saberes sobre estes mesmos públicos e organizações. Estes saberes são considerados no planejamento das ações que buscam influenciar nas condutas dos sujeitos-públicos, negociando sentidos, fabricando consensos, para construir a cooperação e evitar o conflito. Parece ser neste sentido que Foucault (1992,1997) propõe a governamentalização como um exercício de *poder-saber*.



Relações Públicas, uma prática social/cultural

Para compreender Relações Públicas como a gestão da função organizacional política e parte de um dispositivo cultural, me aproximo dos Estudos Culturais, como campo de estudo, de caráter interdisciplinar ou pós-disciplinar. Buscando tornar visível e dizível RP como a gestão estratégica dos relacionamentos organização-públicos, articuladora de discursos, saberes e práticas culturais que produzem sujeitos de tal ou qual forma, encontro na vertente pós-estruturalista dos Estudos Culturais, as lentes necessárias para construir o meu estudo. Este campo do conhecimento, marcado pelo pensamento foucaultiano, tem se caracterizado pela abordagem das culturas como arenas de disputa pelo poder onde são constituídas e articuladas representações que interpelam os sujeitos através dos discursos que colocam em circulação.

Sabendo que os discursos circulantes são *constituintes de* e *constituídos por* aquilo que nomeiam, olhamos as *coisas ditas* sobre Relações Públicas que as constituem e as representam como este *outro* híbrido, no limite entre as ciências da natureza e as ciências sociais, entre a macropolítica e a micropolítica, como afirma Simões (2006). Para o autor, na atividade de RP a comunicação faz parte como meio, como processo e resultante aparência da atividade, quando a relação de poder é a sua essência.

Simões (2001, p. 34) admite, ao analisar Relações Públicas como um conjunto de processos cujas características obedecem ao fenômeno analisado, que este é datado, dotado de historicidade que atua sobre a percepção do próprio fenômeno. Neste sentido, não nomeadamente, o autor caracteriza RP como campo de construção de sentidos no âmbito da cultura onde existem disputas de poder que tensionam a cultura profíSSIONAL e concorrem para a sua legitimidade. Já neste contexto parece existir aquilo que Foucault (1992) propõe relativamente à cultura: um lugar em que o poder aparece como instituinte da própria atividade profíSSIONAL.

Quando faço tal afirmação, estou pensando como argumentado por Costa (2002b) e Veiga-Neto (2000) que ao narrar o que é ou o que não é, ou ainda, o que algo deveria ser, os sujeitos inscritos neste campo de saber atuam como fontes legitimadas pela comunidade em que se inserem para instituí-la e neste sentido governamentalizá-la, agindo sobre o comportamento e o pensamento de outros sujeitos que passam a agir de tal ou qual forma. Entendo, assim, que Simões (1995, 2001) ao enquadrar RP na concepção teórica da micropolítica, onde residiria a sua essência, e argumentar que a comunicação seria a sua atividade meio, está ocupando este lugar de fonte legitimada pela comunidade de RP. O autor comenta as dificuldades encontradas dentro da cultura desta comunidade profíSSIONAL para discutir o aspecto político do que desenha como uma atividade científica, cujo objeto são as relações entre organização e públicos. Para ele, o senso comum sobre o que seja *política* tem sido um obstáculo ao entendimento desta perspectiva.



Assim, diante deste cenário, reafirmo a questão central deste artigo – de que forma RP, ainda que opacizada na sua função política pelas distorções que fazem da atividade e da disciplina, se constitui em uma prática social inscrita no cotidiano e nas culturas. Como RP se constitui parte de um dispositivo cultural inscrito na lógica do governmento das condutas de sujeitos e populações e da fabricação de identidades e saberes, que atua no âmbito das pedagogias exercidas no contexto da cultura pela comunicação, através da gestão da função organizacional política.

Preliminarmente, Simões, nas obras já citadas, argumenta que um novo enquadramento do que se entende e se exerce como RP, deve estar fundamentado em uma teoria e uma definição da atividade que integre aspectos conceituais e operacionais por ele denominados de processo e programa. O primeiro elemento, o processo, estaria ligado à estrutura, aos componentes e à dinâmica dos fenômenos, como variáveis independentes. É no âmbito do processo que se encontram as teorias como ferramentas para compreendê-lo. Já o programa se refere à ação humana, à intervenção no processo com o objetivo de controlá-lo. O programa exige as teorias, as técnicas e as tecnologias.

Esta mesma concepção filosófica e pragmática de RP que as apresenta como prática social, se dinamiza através de um conjunto de quatro operações: (1) o diagnóstico dos processos de relacionamento entre os diferentes interesses no sistema organizações-públicos, inseridos no contexto da sociedade; (2) o prognóstico da resultante dos conflitos entre a ação organizacional e as expectativas dos públicos no âmbito da evolução da conjuntura; (3) a assessoria aos líderes organizacionais e (4) a implementação de programas e projetos, planejados estrategicamente e específicos de comunicação com os vários segmentos de públicos de interesse da organização.

Considerando a conjuntura em que Relações Públicas está inscrita, concordo com Costa (2001, p.9) quando afirma que transformações radicais estão ocorrendo em nossas formas de pensar, de conviver e de habitar o mundo, nos instigando a buscar ampliar, expandir diversificar nossas perspectivas de análise e reflexão. Dentro desta lógica, as discussões do Parlamento Nacional de Relações Públicas parecem evidenciar a aceitação por parte da comunidade de RP – no sentido de pensar-se e pensar a atividade em que está inserida – do *convite* formulado por Simões. No documento, *Conclusões do Parlamento Nacional de Relações Públicas* (2006) é possível verificar a inserção da atividade na micropolítica.

Reconheço que as questões culturais relativas, principalmente aos modos de vida, às identidades e às diferenças, a partir da segunda metade do século XX, assumem uma posição central, e que, não coincidentemente, este é o período em que Relações Públicas, disciplina e atividade, iniciam uma caminhada no sentido da legitimação e da construção de uma rede teórica



adequada. que busca uma precisão e identidade teóricas que fundamentem ética e esteticamente, as representações deste campo e dos profissionais que nele atuam e que conformam a sua cultura.

Quando tomo o conceito de cultura aqui, considero a sua crescente complexidade e a ênfase sobre seu caráter político. Hall (1997) caracteriza a cultura como um conjunto de práticas que produzem trocas de significados de forma que os sujeitos compreendam o mundo; ao mesmo tempo em que instituem sentidos, organizando e regulando condutas de uns em relação aos outros. Os significados são produzidos a partir de diversos lugares e circulam através dos diferentes processos e práticas entrelaçadas através da linguagem.

A linguagem, então, ocupa um papel central nas práticas sociais pois, é através dela que são produzidos e circulam os significados/ representações partilhados pelos sujeitos de uma mesma cultura. Ela constitui estas representações a partir da identificação das coisas como específicas, através de uma forma particular de classificar os objetos e lhes atribuir significado. Nesta direção, Hall (1997, p. 29) assinala que a cultura é, assim, a soma de diferentes sistemas de classificação e diferentes formações discursivas⁹ aos quais se recorre para dar significado às coisas.

O campo da comunicação tem se constituído numa instância preferencial de circulação de discursos, consideradas as suas inscrições no âmbito da política. Com a complexificação da vida cotidiana, os sujeitos têm tido suas relações intensamente mediadas pelas várias tecnologias de informação e comunicação. Contemporaneamente, considera-se que “a mídia sustenta os circuitos globais de trocas econômicas dos quais depende o movimento mundial de informação, conhecimento, capital, investimento, produção de bens, comércio de matéria-prima e marketing de produtos e idéias” (HALL, 1997, p.17)

Assim, um outro elemento passa a ser considerado prioritário dentro desta perspectiva de Relações Públicas, a informação. Simões (2006) argumenta que esta é matéria-prima da atividade de RP, aparecendo como uma das variáveis de interferência processual junto às bases do poder, assim como de comunicação nos processos de informação, persuasão e negociação. A comunicação, através da informação, está presente no diagnóstico e no prognóstico que dizem respeito à análise do sistema e, portanto, à produção de informações que vão fundamentar o assessoramento às lideranças e a colocação em prática de programas de ação da organização. É no planejamento e na implementação do discurso da organização que comunicação e a informação aparecem como técnicas-meio. Desta forma, os limites entre comunicação e exercício de poder

⁹ Entendo discurso aqui como uma série de afirmações oferecidas por meio da linguagem que possibilitam falar sobre algo e uma forma de produzir um tipo particular de conhecimento.



são muito tênues, pois nos comunicamos com o objetivo de afetar intencionalmente as idéias ou ações dos outros.

Simões (1995) argumenta que no sistema organização-públicos, o processo de comunicação abarca quatro contextos marcados por características próprias¹⁰: massivo; inter e intra-organização; inter e intra-grupo e inter e intra-pessoa. O intercâmbio de mensagens sucede-se em vários contextos, através de diversas linguagens. O pesquisador explicita que a continuidade e sucessão de mensagens, no tempo, sob a influência das diferentes conjunturas, como um fator que altere a estrutura do sistema e das partes componentes do mesmo, depende da existência de um objeto de interesse comum entre as partes e para o qual ambas se orientam.

A organização e seus públicos, assim como os sujeitos, tendem a buscar informações que dão suporte às escolhas que já foram realizadas, dentro de lógicas de coerência, congruência, acumulação, crenças, atitudes e valores inscritos em uma determinada cultura organizacional. Entretanto, isto não significa afirmar que os discursos e representações colocados em circulação terão a garantia da adesão desejada. O processo de comunicação humana é marcado pela subjetividade, seletividade, imprevisibilidade, variabilidade e referencialidades múltiplas.

Mas é também no processo de comunicação que a informação, como novidade, entra no sistema organização-públicos. Nesta dinâmica de emissão/recepção, a percepção desempenha um papel importante na organização dos dados fornecidos, uma vez que a construção do sentido se dá através da linguagem a partir de uma espécie de auto-orientação dos sujeitos, construída a partir de experiências prévias. Este é considerado um aspecto bastante importante no processo de comunicação, em RP, pois se os fatos não se materializam em concordância com compromissos previamente assumidos pelas organizações ou fatores culturais, a frustração junto a componentes dos públicos pode dar início a relações conflitivas. Neste sentido, torna-se importante a construção de uma relação reconhecida como legítima, a partir de ações e informações verídicas, permitindo o reconhecimento da organização por parte de seus públicos e a operacionalização da integração da organização com estes.

Uma outra possibilidade de aproximação de RP e informação apontada por Simões (1995; 2006) está ligada ao processo decisório da organização durante os estágios de ajustamento à sociedade, quando o profissional operacionaliza a função organizacional política de Relações Públicas através do assessoramento às lideranças. A informação, neste contexto, atua como um redutor de incerteza através da consideração dos interesses dos públicos no quadro de referências dos dirigentes da organização. Como ferramenta gerencial, a informação permite o planejamento

¹⁰ Para detalhamento deste aspecto, ver Simões (1995) conforme referências.



das ações e a geração de saberes que possibilitam o exercício do poder, como prática relacional cotidiana, numa espécie de retroalimentação poder-saber no âmbito do próprio sistema organização-públicos.

Quero ainda referir os públicos como elemento deste novo enquadramento proposto por Simões. No âmbito da micropolítica, a segmentação dos públicos possibilita conhecimento dos interesses peculiares a cada grupo e uma análise e interferência específica dos mesmos. Ações de caráter global e simultâneo podem gerar conflitos quando os interesses de diferentes grupos são contraditórios, antagônicos. A partir deste contexto, Simões (2001) considera insuficiente a classificação dos públicos conforme critérios geográficos. Afirmo encontrar maior adequação na tipificação proposta por Mintzberg onde o público é denominado *agente com influência*¹¹, o que lhe confere um caráter ativo na articulação das forças que se confrontam e se aliam na arena em que as culturas se convertem para identificar as novas posições de sujeito e a fabricação de sentidos.

Governo ou de como o poder é saber e age sobre as condutas e identidades

O mundo em que vivemos vem se transformando profunda e rapidamente nas últimas décadas. Neste contexto, é possível reconhecer a sociedade capitalista como um lugar de profundas divisões e as culturas como principais lugares onde estas divisões se estabelecem e podem ser contestadas (Veiga-Neto, 2000). É no campo das culturas que se dão a *disputa pela* ou a *negociação dos* significados, através das quais os diferentes grupos resistem aos interesses alheios e/ou sustentam os seus interesses, produzindo socialmente diferenças e identidades.

Complementarmente, é possível apontar as mídias como importante arena cultural, através da qual ocorre a vivência dos processos de criação das sociedades e identidades na vida cotidiana, onde os indivíduos são moldados, controlados, regulados. Este processo não se dá por imposição, mas pela sedução, e pode ser mediado pela *leitura* e modo de apropriação das culturas peculiar a cada sujeito ou grupo. As culturas, neste sentido, seriam um recurso para inventar significados, identidades e formas de vida próprios.

A centralidade da cultura e a expansão de tudo que está relacionado a ela como constitutiva de nossas formas de ser, de viver, de compreender e de explicar o mundo, assinala o seu papel na construção das políticas culturais – como estratégias implicadas nas relações entre discurso e poder. Estes discursos são sempre guiados por um desejo de conhecer que resulta na captura do objeto através da atribuição de sentido e, segundo o pensamento foucaultiano, formam

¹¹ Para maior detalhamento ver Simões (2001), conforme referências.



um aparato de conhecimentos produzidos com o objetivo de torná-los administráveis, reguláveis, controláveis (COSTA, 2002b).

Hall (1997) também analisa este aspecto através do que denomina governo *da* cultura e governo *pela* cultura, ou seja, o modo como os arranjos de poder discursivo dispõem sobre as coisas para poder governá-las. Nesta perspectiva, RP pode ser vista como parte de um dispositivo cultural no âmbito da política e da comunicação que ao narrar como as coisas funcionam e o que são, através da realização de diagnósticos, prognósticos, assessoramentos e organização dos discursos organizacionais dispõe sobre as organizações e seus públicos de interesse, instituindo um conjunto de *verdades* sobre eles, definindo padrões de normalidade, colocando-se como referência e fonte de esclarecimento que propõe formas de ordenar o mundo através de programas, projetos e ações estratégicas a serem implementadas por estas mesmas organizações.

Tais discursos orientam as condutas, atribuem sentidos aos acontecimentos, *apontam* as estratégias adequadas a consecução dos objetivos da organização, bem como de sua missão junto à sociedade. Através deles, o sistema organização-públicos é colocado em contato com *realidades* distantes do seu cotidiano ou *esmaecidas*. É através destes discursos colocados em circulação que o sistema organização-públicos se aproxima da política e da comunicação como parte de um amplo processo de regulação cultural, a partir do qual a sociedade incute normas, padrões e valores, geração após geração, na expectativa de que desta forma guiará, moldará as ações e as crenças das gerações futuras, numa espécie de governo moral feito pela cultura.

Este processo de subjetivação e regulação das condutas não se dá sem resistência e conflitos. É um processo de negociação simbólica que busca fazer com que os sujeitos subjetivados regulem-se a si mesmos, usando como estratégia busca do alinhamento das motivações e aspirações pessoais e subjetivas de cada sujeito às motivações da sociedade, da redefinição de suas habilidades e capacidades, da internalização de objetivos como suas próprias metas de vida. Para Hall (1997), a aplicação desta estratégia se configura no que Foucault denominou *tecnologias do eu* para *a construção de si mesmo*, para produzir-se como sujeito.

Neste contexto, as corporações fazem parte de projetos globais e hegemônicos de caráter político, social e cultural e, através dos diversos textos culturais que produzem, colocam em circulação discursos consoantes com estes projetos, no sentido de buscar o equilíbrio dinâmico desejado entre cooperação e conflito. Relação Públicas, assim como a mídia, é parte de um dispositivo que integra o aparato *pedagógico* das sociedades governamentais modernas. Seu funcionamento está alicerçado em uma lógica de operação “centrada em táticas de *governo*, ações de uns sobre os outros, técnicas de dominação exercidas sobre os outros e técnicas de governo e



coordenação de si mesmo. São as sociedades que na gestão de seus membros, de sua população caracterizam-se por ações de *governo*, ou de *governamento*” (COSTA, 2000b, p. 72).

Entretanto, não há homogeneidade ou certezas relativamente aos efeitos da sujeição e subjetivação produzidas. Os públicos em relação às ações das organizações em defesa de seus interesses criam espaços de negociação entre o que é produzido e como é recebido, em uma espécie de jogo de táticas de fabricação de sentidos que podem produzir deslocamentos, variações de significado dentro do contexto de cada cultura.

Foucault (1997, 1992) entende que a Modernidade é o momento da história da emergência do *governamento*, no sentido das técnicas para *governar* as condutas dos indivíduos em domínios diversos. Este *governamento* pressupõe um complexo de formas racionais, procedimentos técnicos, instrumentalizações, como modos de operação e, simultaneamente, jogos estratégicos que sujeitam as relações de poder, protegendo-as contra a instabilidade e reversibilidade. O sentido utilizado pelo filósofo francês para *governo* é relacionado com o domínio do político, do modo como o poder se exerce sobre os indivíduos. Para Foucault com a Modernidade, o poder do soberano que cuida de todos como partes integrantes de seu território, vai se esmaecendo em detrimento do cuidado a ser dedicado a populações crescentemente concentradas nos espaços urbanos, mas sem descuidar de cada indivíduo em particular.

Para regular estas duas dinâmicas relacionais, se inventam novos modos de governo, colocando estas relações nas mãos de especialistas para obter melhores resultados com menores esforços. A forma de produção destes saberes se dá a partir da intensa utilização de inquéritos e exames, que permitem o diagnóstico e as ações sobre a população na sua totalidade, ou mesmo sobre parcelas desta população. Neste sentido é possível reconhecer os aspectos que caracterizam a atividade de RP como parte do dispositivo cultural implicado nas táticas de *governamento*, dentro do sistema organização-públicos no sentido de manter o equilíbrio dinâmico entre cooperação e conflito.

No contexto das culturas contemporâneas, as organizações através da mediação de seus discursos fazem parte desta dinâmica política e vão buscar a todos e a qualquer um onde quer que estejam para interpelá-los a partir de um jogo cultural, inscrito nas políticas de representação, geralmente através do consumo. As marcas culturais, resultantes desse processo, *impressas* nas mentes e corpos dos sujeitos, se imiscuem nas diferentes culturas organizacionais quase como um padrão de subjetivação e sujeição e provocam identificação ou diferenciação. Reconhecê-las como aspecto constituinte de interesses e condutas dos sujeitos que conformam os *agentes com influência* implicados nas relações de poder-saber



organizacional, passa a ser parte da atividade de RP. O endereçamento dos públicos de forma produtiva, no interior do processo de comunicação, é atravessado pela colocação estratégica de determinados discursos em circulação, formalmente *identificados com* ou *diferenciados de* tais marcas culturais.

Para Foucault (1992), o governo está no âmbito da disposição das coisas ao nível das táticas e a sua finalidade está nas coisas que dirige, dependendo de um conjunto de práticas, de rotinas e de rituais institucionais, que quando orientados por alguns princípios ou metas e balizados por um processo de reflexão garantem que elas obtenham certos efeitos. Programas para a administração e reconstrução da vida social, envolvendo segurança, rentabilidade e eficiência, virtude pública, tranqüilidade e até felicidade, tornaram a subjetividade um recurso na administração de problemas das populações.

Segundo o filósofo francês, a construção das identidades ou de sujeitos é um ato altamente politizado, já que são efeitos da relação poder/saber. O governo entrelaça as relações privadas dos sujeitos consigo mesmos, as relações interpessoais, profissionais e com instituições e comunidade, simultaneamente individualizando e normalizando. O poder se estabelece neste jogo de forças de modo vital através de táticas multiformes e da existência de uma variedade de especialistas responsáveis pela geração de políticas sociais, econômicas, culturais. Para governar os sujeitos é preciso conhecê-los., sendo assim isolá-los como um setor da *realidade*, identificar suas características, torná-las pensáveis, dizíveis, calculáveis e praticáveis de acordo com determinados esquemas explicativos.

Mas o governo também exige conhecimento na forma de informações sobre a população, exige a transformação dos fenômenos em materiais sobre os quais o cálculo político possa trabalhar. Neste sentido, Relações Públicas tem se constituído numa forma de *expertise* contemporânea. Através dos processos de diagnóstico, prognóstico, assessoramento e formatação dos discursos organizacionais em programas, projetos e ações, *traduzem* a materialidade da organização, de seus agentes e das relações de poder estabelecidas entre estes, objetivando a contemplação de diferentes interesses, a manutenção das relações de cooperação entre eles e a redução das possibilidades de conflito.

Estas formas de conhecimento, segundo Foucault (1997), são parte da *biopolítica*, constituída como problemas da cidade, como a maneira de buscar racionalizar a solução de problemas que se colocam ao governo a partir da multiplicidade dos homens – saúde, higiene, natalidade, raças. Para ele, a biopolítica é uma tecnologia de poder que considera o indivíduo mediante mecanismos globais, garantindo a segurança da população relativamente aos seus



perigos internos, visando o equilíbrio e a regularidade dos processos humanos através de regulamentação.

A partir da Segunda Guerra Mundial, as práticas econômicas, sociais, culturais e políticas que dão sustentação ao liberalismo sofrem grandes alterações. Como assinala Veiga-Neto (2000), foi percebido que os mercados consumidores deveriam ser incrementados pela produção de coisas diferentes. Mas há um limite para a inventividade de novos produtos e é “preciso produzir novas e múltiplas visões de velhas coisas” (p.194). Lembro aqui, que ao reconhecer a trajetória da atividade de RP no Brasil, é possível verificar a sua possível relação com estas transformações do liberalismo para o neoliberalismo, através de uma nova ordem de gestão das corporações. Sua inserção na cultura organizacional, a institui como parte da *maquinaria* de governo da crescente população urbana e da *urbanização* da população rural.

Esta nova ordem neoliberal que incentiva o crescimento da demanda pela diversificação da oferta, acelera os ciclos de produção/consumo/acumulação de lucro, deslocando o foco para o produto, cuja circulação fica dependente do mercado. Para o autor, este deslocamento resultou na própria reificação do mercado e no estabelecimento do Estado mínimo, sem qualquer forma de inserção na economia. Novas táticas de governo são colocadas em curso para fabricar um novo consumidor/cidadão que, para corporificar demandas, necessita estar *orientado* para estas mudanças. A novidade neste contexto está na diversificação, pois exigirá um novo sujeito-consumidor.

Ao Estado caberá informar, orientar as relações entre economia e sociedade, de modo que estes novos consumidores desenvolvam competências para fazerem tais escolhas. (VEIGA-NETO, 2000). Ele deve se ocupar com atividades *essenciais* como a Educação e a Saúde, encarregando-se de regulá-las ou provê-las, e assim, subordinando-se o social ao econômico. O Estado é reinscrito numa nova ordem de relações poder-saber úteis para a expansão do capitalismo. Esta reinscrição, argumenta Veiga-Neto (2000), desloca e torna sutis técnicas de governo que buscam *transformar* o Estado numa grande empresa o que é mais econômico, fácil, produtivo, lucrativo, rápido para o próprio Estado e para as grandes corporações.

Porém, no âmbito do neoliberalismo, boa parte da produção biopolítica se desloca para o mundo da linguagem, da mídia, do simbólico. A comunicação publicitária, a informação, as Relações Públicas e o entretenimento perdem o seu caráter de *serviço ao público* para transformarem-se em parte de um dispositivos que articula a lógica do mercado com práticas sociais e se constitui em elemento fundamental das relações de poder/saber estabelecidas entre o Estado e as grandes corporações.



O sujeito produzido por esta nova forma de governo é um *sujeito-cliente* (VEIGANETO, 2000) ao qual são oferecidas infinitas possibilidades de escolha, e esta é a sua faculdade humana fundamental: a capacidade de escolher. Para fazer estas escolhas, este *sujeito-cliente* precisa aprender a combinar sempre melhores critérios de escolha na perspectiva da competição como uma capacidade de ser empresário de si mesmo. Organizações e mídias, novamente aqui, aparecem como dispositivos culturais que atuam na mediação e produção deste novo sujeito a partir da experiência através da qual o indivíduo se observa, se decifra, se interpreta, se julga, se narra e se domina de tal ou qual modo.

Referências

- COSTA, Marisa Vorraber. Currículo e política Cultural. In: COSTA, Marisa Vorraber (org.). *O currículo nos limiares do contemporâneo*. 3 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p. 37-68.
- COSTA, Marisa Vorraber. Ensinando a dividir o mundo – as perversas lições de um programa de TV. *Revista Brasileira de Educação*, v. 20, p. 71-82, maio/jun./jul./ago. 2002a.
- COSTA, Marisa Vorraber. Poder, discurso e política cultural. Contribuições dos Estudos Culturais ao campo do currículo. In: LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elisabeth (org.). *Currículo: debates contemporâneos*. São Paulo, Cortez, 2002b. p. 133-149.
- DUARTE, Rosália. Pesquisa Qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. Cadernos de Pesquisa – Fundação Carlos Chagas. Campinas, SP, n. 115, p.139-154, março.2002
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Org. e Trad. Roberto Machado. 10 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1992.
- FOUCAULT, Michel. O Sujeito e o Poder. In: DREYFUS, Hubert L e RABINOW, Paul. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Trad. Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p.231-249.
- FOUCAULT, Michel. *Resumo dos cursos do Collège de France (1970-1982)*. Trad. Andréa Daher. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1997.
- HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções do nosso tempo. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, v.22, n.2, p. 15-46, jul./dez. 1997.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 6. ed. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- Parlamento Nacional de Relações Públicas. *Conclusões do Parlamento Nacional de Relações Públicas*. Disponível em http://www.portal-rp.com.br/guiabrasileiro/legislacao/federal/07_parlamentonacional.htm Acessado em 02/11/2006.
- SIMÕES, Roberto Porto. *Relações públicas: função política*. 3ed. rev. ampl. São Paulo: Summus, 1995. (Novas buscas em comunicação; v. 46)
- SIMÕES, Roberto Porto. *Relações públicas e a micropolítica*. São Paulo: Summus, 2001. (Novas buscas em comunicação; v. 64)



SIMÕES, Roberto Porto. *Informação, Inteligência e Utopia: contribuições à teoria de relações públicas*. São Paulo: Summus, 2006.

UNISOL-Programa Universidade Solidária. Disponível em [http:// www.unisol.org.br](http://www.unisol.org.br). Acessado em 18/05/2004.

VEIGA-NETO, Alfredo. Educação e governamentalidade neoliberal: novos dispositivos, novas subjetividades. In: PORTOCARRERO, Vera e CASTELO-BRANCO, Guilherme (org.). *Retratos de Foucault*. Rio de Janeiro: NAU, 2000. p. 179-217.

VEIGA-NETO, Alfredo. Coisas do Governo... In: Colóquio Foucault-Deleuze(2000: Campinas) *Imagens de Foucault e Deleuze: ressonâncias nietzschianas*. 2ed. Rio de Janeiro:DP&A, 2005. p. 13-38